

MEMÓRIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: EXPERIÊNCIAS VIVIDAS NA ATENÇÃO À SAÚDE DA MULHER GESTANTE, EM CUBA

Betty Berlanga Pérez¹; Livia Diana Rocha Magalhães².

¹Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Memória: linguagem e sociedade (PPGMLS) - Universidade Estadual da Bahia (UESB), Vitória da Conquista, Bahia;

²Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Professora do Programa de Pós-Graduação em Memória: linguagem e sociedade (PPGMLS) - Universidade Estadual da Bahia (UESB), Vitória da Conquista, Bahia

DOI: 10.47094/IIICNNESP.2022/28

PALAVRAS-CHAVE: Memória social. Políticas públicas; Mulheres gestantes.

ÁREA TEMÁTICA: Políticas públicas e Gestão em Saúde

INSTITUIÇÃO DE FOMENTO: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

INTRODUÇÃO

Nesta exposição apresentamos os resultados da pesquisa “em andamento” sobre a memória social das políticas públicas estabelecidas pelo governo cubano, a partir da experiência do Hospital Gineco-Obstétrico “Dr. Eusebio Hernández Pérez”, no atendimento às mulheres gestantes. Pretendemos situar por meio dos registros documentais e da literatura até então consultada, como as políticas públicas para a saúde tem sido garantida a partir da reprodução assistida à mulher cubana.

METODOLOGIA

Na nossa pesquisa, tomamos como recurso as categorias analíticas memória social e coletiva (HALBWACHS, 2003), experiências vividas (THOMPSON, 1981; MAGALHÃES, TIRIBA, 2018) para analisar as políticas de assistências às mulheres, durante os processos gestacionais. Inicialmente, realizamos um inventário da pesquisa (coleção documental e bibliográfica) sobre políticas públicas e programas de saúde instituídos a partir do ano de 1959, e aqui arrolamos as principais abordagens que encontramos nesses materiais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O hospital “Dr. Eusebio Hernández Pérez”, objeto de estudo da pesquisa, foi construído e inaugurado no período anterior à revolução cubana (1939-1941). Nesse período, segundo o material consultado *História 1939 do Hospital*, o governo existente não reconheceu plenamente às mulheres. Focou a sua atenção apenas naquelas mulheres que tinham recursos financeiros para cobrir a assistência médica como um negócio conveniente para garantir seus próprios interesses.

No documento *Los Hogares maternos: su fundación en Cuba y objetivos propuestos desde su creación* (LOS HOGARES..., 2004) é apresentado como as políticas públicas e programas de saúde implementados desde 1959 são mantidas no país e como as casas maternas tornaram-se instituições não hospitalares responsáveis da redução dos fatores de riscos obstétricos diagnosticados na Atenção Primária à Saúde para garantir um parto institucional nas melhores condições de saúde.

Por sua vez, Ojeda, Bermejo e Serrate (2018), referem que desde os começos da Revolução Cubana ocorreram profundas transformações nas políticas públicas na área da saúde e nos diferentes estágios de vida da população, em especial o grupo infantil como prioridade do Estado para garantir a qualidade da vida, desde a mais tenra idade. Desta forma, esses e outros documentos ressaltam que tomando como base os princípios dos

direitos humanos, a saúde em Cuba tem como garantias o acesso e a cobertura universal, que defende acima de tudo que “na antecipação está toda a arte de preservar” (MARTÍ apud. PENA MANSO, 2005) e sobretudo da mãe e da criança.

Da mesma forma, a pesquisa de Pérez (2015) reitera que os planos e programas de saúde em Cuba, como parte das políticas públicas, estabelecem o compromisso do governo cubano e do sistema de saúde como instituição social, central, para garantir o cuidado da mãe e do filho, garantindo o bem-estar de ambos.

No *Manual de procedimientos de los Hogares Maternos en Cuba*, Fumero, Padrón e Espinosa e outros (2015) retratam a importância da articulação harmônica estabelecida entre Atenção Primária à Saúde, Maternidades e Hospitais Gineco-obstétricos como estratégia essencial para alcançar indicadores de saúde de qualidade, que se fundamentam justamente no trabalho preventivo realizado na área da saúde.

Do ponto de vista empírico, os números da mortalidade materno-infantil na ilha mostram como as novas políticas anularam as condições precárias de saúde existentes no período anterior. A literatura consultada registra entre 1950 e 1959 por cada 100 000 nascidos vivos, 137.8 mortes maternas (CRUZ, 2006). Também se descreve nos anos 1959 ao 1999 uma diminuição da mortalidade infantil em 81.3% (CORTEGUERA, 2001). No ano 2019, a mortalidade materno-infantil foi de 37.4 por cada 100 000 nascidos vivos e 5 falecidos por cada mil nascidos vivos (CUBADEBATE, 2020).

A partir dos resultados obtidos nos indicadores de saúde, podemos refletir que casas maternas em Cuba, é um recurso eficaz para aperfeiçoar o atendimento às gestantes garantidos pelos profissionais de saúde que trabalham no hospital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os materiais consultados até o momento colocam de manifesto que a mulher passa a ser valorizada, respeitada a partir do compromisso social, moral e legislativo declarado pelo Estado. Desde essa perspectiva, mulheres e crianças tornam-se prioridade dele (CUBA, 2019, p. 7). Quando o direito fundamental à vida, por exemplo, à saúde, especialmente para as mulheres, se transforma em mercadoria, vivencia-se na prática “a separação completa entre valor de uso e valor de troca” (RAMOS, 2007, p. 34), ou seja, o direito à saúde é colocado na perspectiva do mercado capitalista em segundo plano.

Logo das mudanças acontecidas, as políticas públicas se fortalecem a partir da criação de uma rede de saúde, apoiando assim o trabalho assistencial defendido pelos serviços de neonatologia dos hospitais gineco-obstétricos, garantindo o nascimento de crianças saudáveis.

Agora, resta-nos continuar a pesquisa sobre como essa política se concretizam e se organizam na memória social das mulheres, famílias, profissionais e sociedade cubana.

REFERÊNCIAS

- BARO, Elvira T. Céspedes; MARTÍNEZ, Norma Otero; LOPEZ, Alina Ferrer; FROMETA, Elisa Navarro; SALAZAR, Rosa Sánchez; NARANJO Rogelio Rodríguez. Hospital Docente Gineco-Obstétrico “Prof. Eusebio Hernández”. Historia 1939. S/A.
- CUBADEBATE. Disponível em: <http://www.cubadebate.cu/noticias/2020/01/03/cuba-registra-una-tasa-de-mortalidad-infantil-de-50-fallecidos-por-cada-mil-nacidos-vivos-en-2019/>. Acesso em: 09 de ab. 2022.
- CUBA. **Constitución de la República de Cuba. La Habana**, 2019. Disponível em: <http://media.cubadebate.cu/wp-content/uploads/2019/01/Constitucion-Cuba-2019.pdf>. Acesso em: 22 ene. 2022.
- CORTEGUERA, Raúl Riverón. Evolución de la Mortalidad infantil en Cuba. **Rev. cuba. pediatr** ; 73(3): 143-157, jul.-set. 2001. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/>

<resource/pt/lil-629609>. Acesso em: 02 abr. 2022.

CRUZ, Evelio Cabezas. Evolución de la Mortalidad Materna en Cuba. **Rev. Cubana Salud Pública**. 2006; 32(1). Disponível em: http://scielo.sld.cu/scielo.php?pid=S0864-34662006000100005&script=sci_arttext&lng=pt. Acesso em: 02 abr. 2022.

FUMERO, Roberto Álvarez; PADRÒN, Mercedes Piloto; ESPINOSA, María Cecilia Santana (et al). **Manual de procedimientos de los Hogares Maternos en Cuba**. Colectivo de autores. MINSAP, 2015. Disponível em: <https://cuba.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/Manual%20de%20procedimientos.%20Hogares%20maternos.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2022.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2003.

LOS HOGARES maternos: su fundación en Cuba y objetivos propuestos desde su creación. Cuadernos de Historia de la Salud Pública, Ciudad de la Habana, n. 95, jun. 2004. Disponível em: http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0045-91782004000100016&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 22 jan. 2022

MAGALHÃES, L. D. R.; TIRIBA, Lia. **Experiência: O termo ausente?** Sobre história, memória, trabalho e educação. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.

OJEDA, Roberto Morales; BERMEJO, Mas Pedro; SERRATE, Pastor Castell-Florit (et al). Transformaciones en el sistema de salud en Cuba y estrategias actuales para su consolidación y sostenibilidad. **Rev Panam Salud Pública**. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.26633/RPSP.2018.25>. Acesso em: 27 fev. 2022.

PENA MANSO, Coralia. Reflexiones de José Martí sobre Medicina y salud. **Rev Cubana Enfermer**, Ciudad de la Habana, v. 21, n. 1, p. 1, abr. 2005. Disponível em <http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S086403192005000100012&lng=es&nrm=iso >. Acesso em: 27 fev. 2022.

PÉREZ Camen Valenti. Los programas de salud como políticas públicas en Cuba. **Convención Internacional de Salud**. La Habana, abr. 2015. Disponível em : https://www.researchgate.net/profile/CarmenValentiPerez/publication/281097563_Los_Programas_de_Salud_como_Politiclas_Publicas_enCuba/links/55d48a8308aec1b042a1563f/Los-Programas-de-Salud-como-Politiclas-Publicas-en-Cuba.pdf. Acesso em: 4 abr. 2022

RAMOS, Marise Nogueira. Conceitos básicos sobre o trabalho. In FONSECA, Angélica Ferreira; STAUFFER, Anakeila de Barros (orgs.). **O processo histórico do trabalho em Saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007. p.27-56.

THOMPSON, E. P. The politics of theory. In: SAMUEL, Raphael. (ed.) **People's history and socialist theory**. London: Routledge, 1981.